

Em torno de *Literatura para quê?*

Geruza Zelnys de Almeida

Doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada, (USP). Bolsista CNPq. Professora convidada no curso de Especialização em Literatura (PUC-COGAE). e-mail: zelnys@hotmail.com

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 57p.

Há algum tempo venho me perguntando “literatura para quê?”, quando há tanta coisa no mundo cuja finalidade é inequívoca. É uma pergunta sazonal que vem e volta sem, contudo, unir-se a uma resposta satisfatória. Meus esboços de respostas giram sempre ao redor de uma paráfrase mal-arranjada de Nietzsche quando diz que “temos a arte para não morrer da verdade”, mas que teimo em trair a gramática: tenho a literatura para não morrer de verdade.

Quando meu orientador comentou sobre *Literatura para quê?*, de Antoine Compagnon, entrevi naquele livrinho a possibilidade de resposta, já que a formulação da pergunta-título acena para o necessário trânsito da ideia, ou melhor, toma a literatura como o pressuposto de um fim. É certo que uma finalidade não é garantia de nada, mas não sei por que – talvez pelo formato modesto, o número reduzido de páginas ou a brancura luminosa da capa – iniciei a leitura crente na promessa de futura paz intelectual.

Doce e ingênua ilusão de alguém que convive com a faceirice de uma língua outra independente e autônoma, que se faz trapaça, para lembrar Barthes, justamente para não ser refém de um ponto final ou de uma explicação que esgote seus possíveis. Enfim, o fato é que me enganei ou fui mais uma vez enganada pelo desejo de totalidade.

Não há resposta para a pergunta-título, ou as respostas são insatisfatórias. Pelo menos a resposta de Compagnon o é. Mas, não teria como não ser, pois Compagnon fala de um lugar específico que é o de professor no *Collège de France*, e, desde esse lugar físico e social, dar uma resposta definitiva iria contra o princípio do pensamento, que é o do infinito *continuum* do pensar. Nesse sentido, o autor flerta com possíveis “para quês?” que predominaram ao longo das sucessões de dirigentes nesta academia – tomando o termo dirigente como aquele que “dirige” e “conduz” o pensamento.

Neste passeio pelos caminhos do saber, Compagnon aponta a

Agradeço ao Prof. Marcos Piason Natali pela indicação do livro, pela oportunidade de reflexão, e por me ensinar a ler quando pensava que já sabia.

alternância de duas visões tradicionais e norteadoras dos estudos acadêmicos: a teórica e a histórica, que ele associa à perspectiva sincrônica e diacrônica na leitura das obras literárias, ou ainda, à divisão dos estudos em dois blocos: retórica e poética de um lado, e história literária e filologia, de outro. Esses dois modos de encarar a literatura – um a partir do texto em si e outro a partir de sua relação com o social – apesar de algumas tentativas de convivência pacífica, em regra, seriam excludentes e é sobre o espaço entre um e outro extremo que Compagnon pretende construir uma ponte. Essa ponte seria feita pela crítica: item intervalar no título de sua cátedra, “Literatura francesa moderna: história, crítica, teoria” e de função mediadora cujo objetivo é não deixar que o estudo literário estacione em doutrinação teórico ou descrição cronológica, mas que promova a “plenitude de seu sentido” (p. 19) conjugando método e prudência. Por isso o autor estaria deslocando a ênfase teórica e/ou histórica presente na eterna questão “que é a literatura?” para uma reflexão mais séria, segundo ele, pois crítica e política: “literatura para quê?”.

E é prudentemente que Compagnon desdobra a pergunta inicial em outras que já trazem em si índices das respostas que dará ao longo do texto, e que também reintroduzem, sob a aparência de novas, antigas questões referentes à utilidade e presença da literatura no espaço público e na escola, à capacidade de transmissão e criação de valores, além de sua indispensabilidade. Neste ponto, o autor destaca o caráter insubstituível da literatura mesmo diante da escassez de espaço no social, que vê atravessado por “discursos rivais” (p. 22) como as novas tecnologias midiáticas; e ainda aponta a restrição da literatura no seio da própria literatura, seja pelo compromisso com o menos, pela tentativa de redução à essência ou pelos discursos metacríticos de autonegação.

A reconquista da autoridade perdida pela literatura parece ser o objetivo de Compagnon ao mencionar o enfraquecimento do projeto humanista e humanitário em favor do cientificismo que promoveu a ruptura entre literatura e conhecimento. E é nesse sentido que o autor delinea quatro “para quês” da literatura perseguidos ao longo dos tempos e que traduzo livremente como:

- 1.** Literatura para melhorar o homem: remonta à tradição clássica a crença no seu poder instrutivo e moralizante, que educa deleitando por meio da experiência catártica e em contato com o belo e exemplar;
- 2.** Literatura para curar o homem: surge com os iluministas e românticos a crença no seu poder libertador contra a opressão, a alienação, a restrição, o que faria dela uma espécie de dispositivo benéfico de subjetivação;
- 3.** Literatura para corrigir (a linguagem d) o homem: próprio do pensamento moderno é crer no seu poder corretivo, ao possibilitar uma ordenação particular das ideias. Atua contra a visão puramente transcendente da vida restituindo-lhe a imanência, por meio

de sua superior, particular, extraordinária e sugestiva construção linguística;

4. Literatura para distrair o homem: segundo o autor, esta seria uma “ponta aterradora do [pensamento] moderno” (p. 41) que, radicalmente, recusa um poder para a literatura bem como seu uso ideológico-utilitário a favor de sua neutralização, uma vez que toda tentativa de uso benéfico da literatura – segundo esses *heresges* – até hoje esbarrou em malefícios.

A partir da exposição dos quatro “para quês”, Compagnon finalmente faz o chamamento explícito à defesa da literatura, o que já estava indiciado em suas colocações: “É tempo de se fazer novamente o elogio da literatura, de protegê-la da depreciação na escola e no mundo”, pois, mesmo não sendo mais a única a “dar uma forma à experiência humana”, concorrendo com o cinema e novas mídias, encerra um “saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades” (p. 45-46).

Compagnon, portanto, declara que a finalidade que vê na literatura está em consonância com a contemporaneidade do pensamento filosófico que busca nela o encontro com a moral e a ética e, mais especificamente, com a preservação e transmissão da experiência humana contida no saber literário. Seguindo essa ordem de ideias, ele mesmo em algum momento reconhece: sua proposta não difere muito do pensamento clássico e do romântico, uma vez que é evidente a função social desses dois primeiros “para quês” e a contaminação entre um e outro, ou seja, o poder terapêutico de um como extensão do poder pedagógico do outro.

Mas, nesse ponto, apesar da profusão de finalidades mencionadas, as quais se misturam e reforçam às de Compagnon, gostaria de tentar, como ele fez com os demais, delinear o que me parece o “para quê” particular do professor, e eu assim o definiria: literatura para arquivar (o saber sobre) o homem. Se, para o autor, a literatura “continua o lugar por excelência do aprendizado de si e do outro, descoberta não de uma personalidade fixa, mas de uma identidade obstinadamente em devir” (p. 56-7), dada a diversidade das representações que pode comportar, além do modo específico de construir essa representação – por meio das “*finesses* da língua e [d]as delicadezas do diálogo”(p. 55) – que a torna aberta para a “experimentação dos possíveis” (p. 54), a literatura teria o poder de guardar *imagens do ser* e de *modos de ser* que a leitura acordaria, lembrando ao homem sua condição humana. Assim, a literatura enquanto arquivo do saber e de experiências possíveis poderia ser utilizada segundo diferentes finalidades humanizadoras (para lembrar aqui o ideal que perpassa também o pensamento de Antonio Candido) – contrapoder, remédio, brinquedo – dependendo do “modo de usar” (agora para lembrar o livro de Perce que Compagnon faz referência) que disparou a leitura. Mas, particularmente, penso que

qualquer uma dessas formas de uso seria secundária à finalidade primeira de Compagnon que é a de literatura como arquivo.

De qualquer forma, a sedução pelo arquivo que anima a defesa de Compagnon não seria exclusividade do autor numa contemporaneidade baseada na ficção da informação e que se vê assombrada pelo fantasma da “perda de dados”, pelo menos de acordo com Huyssen (2002), quando se debruça sobre a museificação dos fatos e da memória. Mas, penso em arquivo talvez pelo cuidado historiográfico que embasa a obra do autor, neste livro e também em seu *O demônio da Teoria* (2006), ou talvez porque, a meu ver, sua posição final não traz uma voz que marque uma diferença, mesmo quando mostra contrapontos junto àquelas que vai recuperando do “depósito cultural” ou “depósito da história da teoria literária” e incorporando ao seu discurso.

Creio que minhas impressões estão atravessadas por uma citação do Talmude feita por Lévinas (2006) a qual diz que “de dois versículos ensinando a mesma coisa não se pode tirar nada” ou “dois versículos ensinando a mesma coisa são doutrinadores”. Então me parece que a fala de Compagnon, à medida que expõe e reafirma o que já se disse ao longo do tempo, pouco ou nada de novo tem a dizer e visa mais à catequização dos estudantes do que à discussão crítica do fenômeno literário.

Issso, para mim, intensifica-se quando Compagnon parece inclinado a sufocar a negatividade inscrita no pensamento moderno em favor da positividade clássica animada pelo que parece ser a expressão do que Foucault chamou de “vontade de verdade”, em *A Ordem do Discurso* (2004), sua aula inaugural no *Collège de France* em dezembro de 1970, na qual põe em xeque a verdade no discurso daqueles que estão “autorizados a falar” (como nós, professores). Penso, apoiada em Derrida, especificamente em *Mal de arquivo* (2001), e na desconstrução que realiza desse conceito, que a vontade de verdade também marca a leitura clássica do arquivo: arquiva-se algo para preservação e transmissão de um saber que levaria ao conhecimento (de uma dada verdade).

Assim, tratando a literatura com a finalidade de arquivo sem, contudo, apresentar o movimento entre positividade e negatividade no interior do próprio arquivo, ou pelo menos enfraquecendo um desses “poderes”, Compagnon realiza aquilo que mais teme que é fazer a apologia do despoder da literatura, pois um arquivo com poder totalizante – ou seja, sem um elemento interno de tensão – acaba por ter seu poder anulado. Nesse sentido, a literatura enquanto arquivo total não poderia preservar ou transmitir experiências válidas se essas já estivessem comprometidas com o saber, ou ainda com a (uma) verdade.

Além disso, todas essas finalidades positivas – inclusive a que me refiro como arquivamento, pois o arquivo figura mais como um depósito de positivities – parecem sustentadas por uma visão

que coloca a literatura num tempo passado que se realiza somente no futuro. Ou seja, o leitor em contato com ela seria lançado a um momento outro no qual estaria melhorado/curado/corrigido, pois a vida vivida intensamente no interior da linguagem somente pode ser diferenciada quando no retorno à vida ordinária e em oposição a ela. A partir dessa leitura, a impressão que fica é de que a literatura não é tomada em si, mas como um meio, um lugar de passagem, uma ponte para chegar a algo fora dela: ao conhecimento (da verdade).

Por isso entendo a inquietação do professor: “É verossímil que só a literatura, só a leitura, só o romance me deem o que os outros discursos, as imagens e os sons seriam incapazes de oferecer?” (p. 54, grifos do autor). Certamente não é exclusividade da literatura levar ao conhecimento, mas nós – eu, você, Compagnon, leitores apaixonados – não nos conformamos com isso: precisamos de uma finalidade exclusiva que justifique nossa predileção. Assim, desejo buscar a finalidade que não encontrei nos três poderes que Compagnon encontrou, procurando a minha resposta no “para quê” desprezado: no despoder.

Então penso que o despoder da literatura – sua neutralidade ou impossibilidade de se associar à (uma) verdade ou de conter um saber (que melhoraria/curaria/corrigiria o homem) – é o reverso de um poder somente possível amarrado nesta impossibilidade transitiva: o despoder de levar o leitor ao conhecimento seria o poder de mantê-lo no não-conhecimento.

Sustento essa hipótese no fato de que a Literatura em si não oferece nenhuma garantia de saber ou de conhecimento e, ao contrário disso, produz um sem número de incertezas que nunca serão totalmente sanadas. Próprio da arte é emergir do “inconsciente estético”, segundo Rancière (2009), que se funda num pensamento não-pensamento sensível no qual o *logos* não se distingue do *pathos*; e é próprio do leitor imergir a ele quando da leitura desse objeto estético. Por isso, então, muito mais do que conhecimento é o não-conhecimento que está em jogo desde a origem (criação) até o fim (recepção) da Literatura.

Mas, aqui, especificamente, estou pensando em Lévinas (1993; 2000), para quem o conhecimento é um *plus* totalmente acessório para o homem. Ele lembra que o compreender também guarda em seu interior o termo prender e, por isso, conhecer é tanto tomar posse quanto assimilar, ambos no sentido de trazer o outro para si eliminando a alteridade, ou transformando o Outro no Mesmo. Quando Lévinas põe em xeque a luz do conhecimento, associando conhecimento à iluminação, nesta outra perspectiva, a literatura como não-saber ou não-conhecimento inversamente deslocaria o homem para a escuridão.

É preciso ressaltar que não trato a literatura no sentido de levar ao não-conhecimento porque isso seria apenas mudar o alvo, mas, ao contrário, no sentido de eliminar o alvo ou, pelo menos,


estancá-lo na literatura mesma em sua presença imediata. Porque se a literatura faz ver o escuro ao invés das luzes, de acordo com Agamben (2009), ela estaria fincada na imagem do contemporâneo e, por isso, não posso pensar a literatura a partir de uma finalidade futura, mas de um fim presentificado no momento da leitura. **D**aí o meu desejo de pensar um “para quê” que, a partir do (des) poder neutro – neutro mesmo porque vai manter o homem onde ele já está e sempre esteve (embora não saiba graças aos conhecimentos acessórios fundados na primazia do logos): no não-conhecimento, lugar de origem flutuante porque se faz e se perde a cada momento – tenha um fim imediato e imprevisível ou ainda descomprometido com qualquer pedagogia/terapia/correção futura. Para isso, recorro à Blanchot (2005) e à ideia de silêncio que perpassa sua obra: *literatura para silenciar o homem* seria minha proposta. A escritura de Blanchot define-se na perseguição pelo silêncio, busca paradoxal porque feita de palavras, cujo alvo, a meu ver de toda a literatura, é atingido apenas na instância leitora. **A**ssim, a literatura para silenciar o homem teria o poder de dividir com ele o momento de sua criação, colocá-lo diante de um caos nunca plenamente organizado, mas pulsante na estrutura dupla que Piglia (2004) entreviu apenas no conto. Mas, o mais importante é que ao silenciar o homem, a literatura coloca-o em estado de escuta – e não digo posição porque esse termo implicaria um sentido de alerta que não é absolutamente necessário – no qual ele verdadeiramente pode ouvir. O quê? O que o leitor pode ouvir no silêncio da literatura? A Literatura.

Em silêncio, isolado dos ruídos do saber, o homem pode *ser escuta* e, assim, ouvir a Literatura. E também um pouco de si, de seus batimentos cardíacos, de sua respiração – e agora tenho de tomar cuidado para não parecer piegas (a gente sempre parece piegas quando diz o que realmente pensa) – ou seja, sons que habitualmente os ruídos abafam. Ouvir o (seu) escuro.

Então, eu diria isso: ainda a literatura para silenciar o homem e colocá-lo em estado de escuta de algo que participa do não-conhecimento, do não-saber em oposição a todo o conhecimento e saber adquirido e por adquirir. E fazendo isso a Literatura cria a condição para um encontro que, de fato, raramente ocorre e quando ocorre é bastante fugaz porque é abortado no momento em que a pressão do não-conhecimento é insuportável e exige traduzir-se em conhecimento. Mas aí já não é a exclusividade da Literatura.

Porque a Literatura não é privilégio da crítica e, por isso, não é o que se diz dela. A crítica é o resultado desse encontro abortado. É a exasperação da escuta e o assassinio do silêncio. É a despedida da Literatura e o encontro com a Pedagogia. Este sim o lugar dos saberes, dos conhecimentos, das verdades e das finalidades.

O livro de Compagnon – ou a sua aula magna – poderia chamar-se, com justiça, “Para que literatura?” afinal ele teria respondido à pergunta cujo objetivo, claramente de teor pedagógico, é a



finalidade da coisa Literatura. Mas, Compagnon não responde, ao menos para mim, a questão-título “Literatura para quê?”, pois esse formato, que coloca a Literatura em primeiro plano, traz com ele o pré-requisito de uma relação mais estreita entre a coisa e aquele que a questiona.

Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BARTHES, Roland, *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moysés, São Paulo, Cultrix, 1978.

BLANCHOT, Maurice. *O Livro Por Vir*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

_____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2006.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004

LÉVINAS, Emmanuel. *Ética e Infinito*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. *Humanismo do outro homem*. Trad. Pergentino Stefano Pivatto e outros. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *Do sagrado ao santo: cinco novas interpretações talmúdicas*. Trad. Marcos de Castro. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

HUYSEN, Andreas. “En busca del futuro perdido”. *Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México, Fondo de Cultura Económica, 2002.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RANCIÈRI, Jacques. *O inconsciente estético*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2009.

Resenha recebida em: 19/01/2011

Resenha aprovada em: 23/02/2011

Referência eletrônica: ALMEIDA, Geruza Zelnys de. Em torno de “Literatura para quê”? *Revista Criação & Crítica*, n. 6, p. 90 – 96, 2011. Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/dlm/criacaoecritica/dmdocuments/CC_N6_Resenha_GCAmeida.pdf>